

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23074.058505/2017-51

OBJETO: Registro de preço preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III e IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 19/04/2018 às 09:30.

MARMITARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.472.693/0026-99, com matriz na Praça Victorio Costacurta, nº. 20, Centro, em Sales Oliveira/SP, CEP nº. 14.660-000, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, oferecer **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2018**, nos termos do **artigo 18 do Decreto Federal nº. 5450/2005**, pelas razões de fato e de direito a seguir.

1- DOS FATOS

A Universidade Federal da Paraíba – UFPB, por meio da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Universitária, tornou público que realizará licitação para Registro de Preços, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica,



do tipo menor preço global anual por grupo, cujo objeto é o registro de preço para eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de refeições (desjejum, almoço, jantar e lanche da noite), incluindo produção, transporte e distribuição para os alunos, servidores e autorizados da UFPB, nas dependências dos Campi I, II, III e IV, e/ou unidades isoladas, para atender às necessidades da Universidade Federal da Paraíba.

Todavia, após análise do ato convocatório e seus anexos, foram encontrados alguns equívocos que, involuntariamente, macularam o edital, necessitando de alteração e consequente reabertura do prazo para apresentação da documentação e propostas.

2- PRELIMINARMENTE

2.1- DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, oportuno assinalar que a presente impugnação é tempestiva, pois foi protocolada mais de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qual seja 19 de abril de 2018.

2.2 - DA LEGITIMIDADE

Nos termos do artigo 41, §1º da Lei nº. 8.666/93, ***“qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação (...)”***.

Nesse mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça preconiza que a legitimidade para impugnar edital licitatório é conferida a qualquer cidadão ou pessoa jurídica.

Vejamos tal entendimento:

**“ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO
REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO.
SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE BANCA DE**



ADVOGADOS.IMPUGNAÇÃO DO EDITAL. ESCRITÓRIO NÃO PARTICIPANTE DO CERTAME. IRRELEVÂNCIA. LEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA. ART. 41, § 1º, DA LEI 8.666/93. PRECEDENTES DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VERBA ADEQUADAMENTE FIXADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.1. Extrai-se do art. 41, § 1º, da Lei 8.666/93, que a legitimidade ativa para impugnar edital licitatório é conferida a qualquer cidadão ou pessoa jurídica. 2. A lei adotou e não poderia ser diferente, critério mais alargado de legitimidade ativa para contestar a validade do instrumento convocatório. Afinal, em se tratando de processo licitatório, estão em jogo não só os interesses jurídicos e econômicos imediatamente aferíveis, mas, sobretudo, a observância do princípio da legalidade e do interesse público envolvido. Nesse sentido: AgRg no MS 5.963/DF, Primeira Seção, Rel. p/ acórdão Min. JOSÉ DELGADO, DJ 3/9/2001)3. A fixação da verba honorária está, no caso concreto, em harmonia com as balizas elencadas no art. 20, § 3º, do CPC.4. Agravo regimental não provido”.(STJ, AgRg no Ag 1414630/SC, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 11/02/2014).

Assim, não há dúvidas quanto a legitimidade.

3- DAS RAZÕES QUE MOTIVARAM A IMPUGNAÇÃO

3.1 – DA DATA INCORRETA DA SESSÃO PÚBLICA

No site www.prefeitura.ufp/cpl/pregaoEletronico.html consta que a data da licitação é 19/04/2018, entretanto, no Edital consta a data 02/04/2018.

Assim, pode haver lesão a competitividade, visto que empresas podem deixar de participar da licitação acreditando que já ocorreu, em razão da previsão de data antiga no Edital.

Portanto, a data do Edital deve ser retificada, afim de prever a data correta 19/04/2018, permitindo a participação de todos os licitantes interessados e observando a competitividade.

3.2 - VEDAÇÃO DE OFERECIMENTO DE PREÇO UNITÁRIO SUPERIOR ÀQUELES ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA CADA ITEM DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (QUADRO 01), CONTIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) – Item 2.2 do Edital.

A vedação em questão não encontra respaldo no artigo 48, inciso II da Lei nº. 8.666, visto que só podem ser desclassificadas as propostas com valor global superior ao limite estabelecido.

Nesse sentido, cabe transcrever o seguinte excerto, extraído do Voto condutor do Acórdão n. 159/2003 – Plenário/TCU, da lavra do Ministro Benjamin Zymier:

“O inciso II claramente trata da desclassificação de propostas apresentadas com preços globais acima do limite estabelecido no edital. Este dispositivo, assim como os outros, não menciona custos ou preços unitários. Ou seja, é possível, açodadamente, concluir que a desclassificação de proposta formada por valor global aceitável e custos unitários superfaturados não possui respaldo legal. Não me parece, no entanto, que esta seja a melhor interpretação. Explico.

Há de se distinguir os graus de discrepância existentes entre os custos unitários ofertados pelos licitantes e os custos unitários cotados pela Administração. Em uma licitação onde o objeto é composto pela execução de vários serviços – como é o caso das adutoras do Alto Sertão e Sertaneja –, é evidente que alguns deles apresentarão preços unitários acima dos fixados pela Administração. O ponto, então, é saber a magnitude dessa diferença, e, ainda, os seus reflexos sobre a execução. Nos casos em que a discrepância é razoável, normal, não há de se falar em



desclassificação de propostas. Não fosse assim, quer dizer, se qualquer sobrepreço em custos unitários autorizasse a desclassificação das propostas, seria difícil para a Administração contratar obras de grande porte, formadas pela execução de numerosos serviços. É tendo por bases esses casos, os de discrepância razoável em custos unitários, que a Lei nº 8.666/93, por meio dos artigos que citei, não estabelece a obrigatoriedade de desclassificação em virtude de custos unitários."

Portanto, tal vedação deveria ser retirada do Edital.

Entretanto, caso esse não seja o entendimento, o item em questão deve, pelo menos, ser interpretado à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, em conjunto com os outros dispositivos do instrumento convocatório e com a Lei n. 8.666/1993, segundo a qual:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Nesse sentido, a jurisprudência:

TC-025.560/2011-5

Natureza: Representação.

Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.

Interessada: JM Terraplenagem e Construções Ltda. (CNPJ n. 24.946.352/0001-00).



SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. CONCORRÊNCIA VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTE. DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DA EMPRESA REPRESENTANTE. OITIVA DA ENTIDADE E DA LICITANTE DECLARADA VENCEDORA. PROCEDÊNCIA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA A ANULAÇÃO DO ATO IMPUGNADO, SOB PENA DE ANULAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES.

1. Não obstante a necessidade de fixação de critérios de aceitabilidade de preços unitários em licitação do tipo menor preço global, a desclassificação de proposta com base nesses critérios deve-se pautar pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. É indevida a desclassificação, fundada em interpretação extremamente restritiva do edital, de proposta mais vantajosa para a Administração, que contém um único item, correspondente a uma pequena parcela do objeto licitado, com valor acima do limite estabelecido pela entidade.

Assim, não obstante o item em questão estabeleça que é vedado o oferecimento de preço unitário superior àqueles estimados pela Administração para cada item da planilha, isso não significa que tal desclassificação deve ser automática.

Portanto, pelo exposto, que seja excluída a vedação de oferecimento de preço unitário superior àqueles estimados pela Administração para cada item da Planilha de Formação de Preços, visto que não encontra respaldo no artigo 48, inciso II da Lei nº. 8.666/93, ou, subsidiariamente, caso não seja adotado tal entendimento, que a desclassificação por esse motivo não seja feita de modo automático, mas sim observando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

3.3 – “CABERÁ AO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, OBSERVADAS AS CONDIÇÕES NELA

ESTABELECIDAS, OPTAR PELA ACEITAÇÃO OU NÃO DO FORNECIMENTO, DESDE QUE ESTE FORNECIMENTO NÃO PREJUDIQUE AS OBRIGAÇÕES ANTERIORMENTE ASSUMIDAS COM O ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES” (Item 3.2 do Edital).

O artigo 22, parágrafo 2º do Decreto nº. 7.892/2013 prevê que:

*“Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações **presentes e futuras** decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador e órgãos participantes”.*

Assim, o Item em questão deve ser retificado, substituindo o termo “obrigações anteriormente assumidas (...)” por “obrigações presentes e futuras decorrentes da ata”, para que fique em consonância com a legislação, sem deixar brechas para eventuais questionamentos ou interpretações variadas.

3.4 – “COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO, OU COM O ITEM PERTINENTE, INCLUSIVE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), POR MEIO DA APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS FORNECIDOS POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, DEVIDAMENTE AVERBADO(S) NO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTA DA JURISDIÇÃO ONDE FORAM EXECUTADAS AS ATIVIDADES, NA FORMA ESTABELECIDADA NA RESOLUÇÃO Nº. 510/2012 DO CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO” (Item 9.6.2 do Edital).

Apesar de ser devidamente cabível a exigência em questão, o termo Averbação não foi utilizado corretamente, visto que se tratando do Conselho Regional de Nutricionista da jurisdição onde foram executadas as atividades, o termo deveria ser Registro.



Nesse sentido, o artigo Artigo 1º da Resolução nº. 510/2012 do Conselho Federal de Nutrição:

Art. 1º. O registro de Atestado para a Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividade nas áreas de Alimentação e Nutrição, previsto na lei geral de licitações, para fins de demonstração de qualificação técnica decorrente do desempenho de atividades, será feito no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) com jurisdição no local onde os serviços foram executados.

Sendo que o termo Averbação é utilizado em referência a locais em que os serviços não foram executados, ou seja, não é o caso previsto no Edital, que se refere ao CRN da jurisdição onde foram executadas as atividades.

Portanto, no Item 9.6.2 do Edital perfeitamente cabível a substituição do termo Averbação (referente a locais em que os serviços não foram executados) por Registro (referente a jurisdição onde foram executadas as atividades), afim de sanar tal contradição, que pode gerar a desclassificação indevida de licitantes.

3.5 – “OS REFERIDOS ATESTADOS DEVERÃO COMPROVAR, AINDA, QUE O LICITANTE DETÉM EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 03 (TRÊS) ANOS NA EXECUÇÃO DE OBJETO SEMELHANTE AO DESTE CERTAME, SENDO PERMITIDO, PARA ESTE FIM, O SOMATÓRIO DOS ATESTADOS”.

“OS REFERIDOS ATESTADOS REFERIR-SE-ÃO A CONTRATOS JÁ CONCLUÍDOS OU JÁ DECORRIDO NO MÍNIMO UM ANO DO INÍCIO DE SUA EXECUÇÃO, EXCETO SE HOUVER SIDO FIRMADO PARA SER EXECUTADO EM PRAZO INFERIOR, APENAS ACEITO MEDIANTE DECLARAÇÃO DA CONTRATANTE” (Itens 9.6.2.2 e 9.6.2.3 do Edital).

Quanto a exigência de comprovação da empresa licitante possuir experiência mínima de três anos e de atestados que comprovem o mínimo de



um ano de execução, a lei é taxativa ao vedar limitações de tempo, no artigo 30, §1º, inciso I e §5º, da Lei nº. 8.666/93, vejamos:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do “caput” deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação”.

Ainda, no mesmo artigo é previsto que a documentação relativa a qualificação técnica limita-se à comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (artigo 30, inciso II da Lei nº. 8.666/93).

Assim, por tratar-se de objeto que será executado em doze meses, é desproporcional exigir-se a demonstração de aptidão referente a três anos, ou seja, três vezes maior do que o prazo do objeto da licitação.

Portanto, tais exigências ferem ao princípio da legalidade, pois contrariam o previsto na Lei 8.666/93., não podendo a Administração exigir algo não previsto em lei.

Outrossim, há restrição do caráter competitivo da licitação, excluindo licitantes que poderiam cumprir o objeto do certame perfeitamente, afrontando o artigo 3º, §1º, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, in verbis:

“§1º - É vedado aos agentes públicos:

I – Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº. 8.248, de 23 de outubro de 1991”.

Não obstante, tais requisitos também ferem o Princípio da Isonomia, pois dá preferência a empresas antigas, boicotando as novas.

Só para efeito de elucidação, tal princípio é previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Portanto, deve-se reconhecer que tais exigências ferem os princípios da legalidade, da isonomia e restringem o caráter competitivo da licitação.

Assim, é imprescindível que não sejam mais exigidos atestados de contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano de sua execução, bem como comprovação da licitante possuir experiência mínima de 3 (três) anos.

3.6 – “O LICITANTE ENQUADRADO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL QUE PRETENDA AUFERIR OS BENEFÍCIOS DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 123, DE 2006, ESTARÁ DISPENSADO (A) DA PROVA DE INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE CONTRIBUÍNTES ESTADUAL E MUNICIPAL E (B) DA APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO” (Item 9.7 do Edital).

É previsto no artigo 1.179, parágrafo 2º do Código Civil que o pequeno empresário estaria dispensado da exigência de seguir um sistema de contabilidade e levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Sendo oportuno mencionar que a figura do pequeno empresário é também considerado Microempendedor Individual – MEI, ou empresário individual, nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar 123/06.

Entretanto, apesar da dispensa expressa no parágrafo 2º do art. 1.179 do Código Civil, pelo princípio da especificidade, para fins de habilitação em licitação, aplicam-se as disposições constantes da Lei 8.666/93, que não dispensa a apresentação do balanço patrimonial.

Desse modo, embora o Microempreendedor Individual possa adotar modelo de contabilidade simplificada, o dispositivo legal citado não dispensa a apresentação do balanço patrimonial para fins de habilitação em licitações.

A única exceção se dá para os casos de habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, conforme prevê o art. 3º do Decreto 8.538/2015:

“Art. 3º Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.”

Assim, devemos observar o estabelecido no § 4º do art. 40. da Lei 8.666/93, que considera compra para entrega imediata aquelas com prazo de entrega de até trinta dias:

“§ 4º Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta, poderão ser dispensadas”

Sendo oportuno dizer que não há como enquadrar Registro de Preços como fornecimento de pronta entrega ou entrega imediata, já que as licitações realizadas dessa maneira têm por objeto a realização de contratações futuras, conforme verifica-se das definições trazidas pelos incisos I e II do art. 2º do Decreto nº 7.892/2013:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

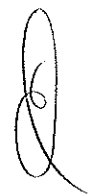
II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;"

Deve-se ainda observar que, nos termos do art. 12 do Decreto 7.892/2013, o prazo de validade da Ata pode ser de até doze meses, o que combinado com as hipóteses de adoção do Sistema de Registro de Preços, definidas no art. 3º do Decreto 7.892/2013, especialmente nos incisos I e II (contratações frequentes e entregas parceladas), acaba por inviabilizar a ideia de considerar as contratações efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços como pronta entrega ou entrega imediata.

A impossibilidade de efetuar de registro de preços para contratação de pronta entrega ou entrega imediata pode ser corroborada pelo entendimento do TCU nos Acórdãos 113/2014 e 2241/2013, ambos do Plenário:

"Atenta contra os princípios da razoabilidade e da finalidade o ente público ("órgão gerenciador", nos termos do art. 1º, parágrafo único, III, do Decreto Federal nº 3.931/2001) valer-se do sistema de registro de preços para celebrar contrato com objeto absolutamente idêntico ao da ata que lhe deu origem, isto é, constituir uma ata de registro de preços para simplesmente firmar contrato pela totalidade do valor da ata" (Acórdão 113/2014 – Plenário).

"atente para as condições expressas no art. 2º do Decreto nº 3.931/2001, de forma a não utilizar sistema de registro de preços quando as peculiaridades do objeto a ser executado, sua



localização e ambiente de implementação indiquem que só será possível uma única contratação” (Acórdão 2241/2013–Plenário).

Portanto, se não é possível firmar um único contrato para adquirir a totalidade do objeto registrado, não há como considerar a contratação como sendo de pronta entrega ou entrega imediata.

Assim, por todo o exposto, o Item 9.7 do Edital deve ser retificado, afim de exigir a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício para Microempreendedor Individual.

3.7 – “CASO A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA SEJA OFERTADA POR MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU SOCIEDADE COOPERATIVA EQUIPARADA, E UMA VEZ CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE ALGUMA RESTRIÇÃO NÃO-FISCAL, A MESMA SERÁ CONVOCADA PARA, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, APÓS A DECLARAÇÃO DO VENCEDOR, COMPROVAR A REGULARIZAÇÃO. O PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, QUANDO REQUERIDA PELO LICITANTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA” (Item 9.12 do Edital).

O artigo 42 da Lei Complementar 123/2006 prevê que:

“Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato”.

Assim, onde está prevista restrição não-fiscal, deve ser feita uma retificação pois trata-se de restrição fiscal, nos termos do artigo supracitado, afim de evitar futuras alegações de licitantes para se beneficiarem de tal controvérsia.

3.8 – “APRESENTAR PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DEVIDAMENTE AJUSTADA AO LANCE VENCEDOR, EM

CONFORMIDADE COM O MODELO ANEXO A ESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO” (Item 12.1.2 do Edital).

De acordo com o item em questão, a empresa vencedora deverá apresentar planilha de custo e formação de preços, conforme modelo em anexo, entretanto no Edital não há qualquer modelo.

Existe apenas uma planilha em que são previstos os preços cotados pela Administração (Anexo XIII), sendo inclusive tal planilha abrangida no Modelo de Carta Proposta (Anexo VII).

Assim, deveria ser previsto modelo de planilha de custos e formação de preços, nos termos do Item 12.1.2 do Edital.

3.9 - DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NA RESIDÊNCIA FEMINA UNIVERSITÁRIA ELISABETH TEIXEIRA (Item 4.3.2 e Tabela de Quantitativo Máximo Estimado de Refeições – Anexo I – Termo de Referência).

No Item 4.3.2 do Anexo I – Termo de Referência é previsto que:

“As refeições de desjejum e lanche noturno dos discentes das Residências Universitárias dos Campus I serão elaboradas nas dependências da CONTRATANTE, sendo as refeições produzidas nos Restaurantes Universitários e depois transportadas para serem distribuídas nas respectivas Residências:

Residência Universitária Masculina e Feminina – (RUMF), situada na Cidade Universitária, S/N – Castelo Branco – João Pessoa – PB – CEP: 58.051-900.

Residência Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET), localizada na Rua Diogo Velho, nº. 231, Centro, João Pessoa – PB – CEP: 58013-110”.

Entretanto, na Tabela de Quantitativo Máximo Estimado de Refeições não há qualquer previsão quanto a Residência Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira, muito menos quanto ao seu número de comensais.

Assim, tal questão dificulta a elaboração da proposta, visto que não há qualquer previsão quanto tal local e o seu número de comensais.

Portanto, deve ser prevista a quantidade de comensais referente a Residência Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET), afim de possibilitar a devida elaboração da proposta.

3.10 - DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NAS UNIDADES DE CTDR MANGABEIRA, CCJ SANTA RITA E CCAE MAMANGUAPE (Itens 4.3.4 e 4.3.5 e Tabela de Quantitativo Máximo Estimado de Refeições – Anexo I – Termo de Referência).

No Item 4.3.4 do Anexo I – Termo de Referência é previsto que:

"A contratante poderá solicitar a implantação de fornecimento de refeições transportadas (almoço e jantar) para as Unidades Acadêmicas de Mangabeira e Santa Rita, sendo estas produzidas no Restaurante Universitário do Campus I".

No Item 4.3.5 do Anexo I – Termo de Referência é previsto que:

"A contratante poderá, também, solicitar fornecimento de refeições para Unidade Acadêmica de Mamanguape. O serviço dar-se-á por produção e distribuição no Restaurante Universitário de Mamanguape, ou por refeições transportadas, produzidas no Restaurante Universitário do Campus IV- Unidade Acadêmica de Rio Tinto".

Entretanto, na Tabela de Quantitativo Máximo Estimado de Refeições não há qualquer previsão quanto ao número de comensais dos locais supracitados.

Assim, tal condição dificulta a elaboração da proposta, visto que não há qualquer previsão quanto ao número de comensais, bem como sua frequência.

Ainda, sequer pode haver tal fornecimento, em razão da previsão “poderá”.

Portanto, deve ser prevista a quantidade de comensais e a frequência referentes as unidades de CTDR Mangabeira, CCJ Santa Rita e CCAE Mamanguape, afim de possibilitar a devida elaboração da proposta.

3.11 – “ATUALMENTE O CAMPUS IV – UNIDADE DE RIO TINTO ATENDE AOS ESTUDANTES SOMENTES NAS REFEIÇÕES DE ALMOÇO E JANTAR, AS DEMAIS REFEIÇÕES SERÃO INSERIDAS IMEDIATAMENTE APÓS A IMPLANTAÇÃO DA RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA” (Item 4.5.2 do Termo de Referência – Anexo I).

A previsão acima causa incerteza no momento da elaboração da proposta, visto que não é informada uma previsão de quando haverá a implantação da Residência Universitária e uma estimativa de comensais que serão abrangidos nesse caso.

Assim, deveria ser prevista uma estimativa do início de tal serviço, bem como uma estimativa da quantidade de comensais que abrangerá, afim de possibilitar a devida elaboração da proposta.

3.12 – “RESPONSABILIZAR-SE PELA AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA DE FUNCIONAMENTO DE CADA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO, EM NOME DA LICITANTE E EXPEDIDO PELA AUTORIDADE SANITÁRIA COMPETENTE” (Item 7.6 do Anexo I—Termo de Referência).

A exigência em questão somente mostra-se razoável quando a contratante já apresenta condições locais possíveis de autorização sanitária, ou seja, quando apenas necessitam-se de algumas reparações, não reformas drásticas.

Entretanto, os locais em questão apresentam diversas irregularidades sanitárias, que provavelmente acarretarão na impossibilidade de obtenção de Autorização Sanitária de Funcionamento.

Sendo oportuno ressaltar, que atualmente sequer há informações sobre a existência de alvarás dos locais.

Assim, o Item 7.6 deve ser revisado/excluído, em razão da impossibilidade de obtenção de Autorização Sanitária de Funcionamento, não podendo a contratada se responsabilizar por grandes reformas e mudanças de engenharia no prédio da contratante.

3.13 – DA INEXISTÊNCIA DO ANEXO X – QUADRO MÍNIMO DE PESSOAL PARA CADA UNIDADE (Item 7.15.1 do Anexo I – Termo de Referência).

O Item 7.15.1 do Edital prevê:

“ Manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo, de modo a cumprir plenamente as obrigações contratuais assumidas, conforme determinação legal, e em número suficiente para suprir a quantidade de refeições produzidas e atender ao desenvolvimento de todas as atividades descritas na Termo de Referência, conforme recomendação do ANEXO X – QUADRO MÍNIMO DE PESSOAL PARA CADA UNIDADE”.

Entretanto, no Anexo X, a que faz referência esse Item, é previsto o “Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto”.

Assim, deveria ser suprida tal omissão prevendo efetivamente o Anexo X, nos termos do Item 7.15.1 ou retirando tal previsão do Item em questão.

3.14 – DA OBSCURIDADE EM RELAÇÃO AO TERMO “ÁREA EXTERNA”, REFERENTE A HIGIENIZAÇÃO (Item 7.19.4 do Anexo I – Termo de Referência).

No Item 7.19.4 do Edital é previsto:

“Proceder à higienização adequada da área interna (pisos, ralos, paredes, janelas, etc.) e área externa, inclusive instalações sanitárias dos empregados, bem como, dependências vinculadas ao serviço”.

O Item em questão deixa dúvidas em relação ao dimensionamento da área externa. O que seriam dependências vinculadas aos serviços? A área externa abrange mais especificamente quais locais?

Assim, deve ser devidamente esclarecido o dimensionamento e quais locais são abrangidos pela área externa, prevista no Item 7.19.4, afim de permitir a devida elaboração do custo referente à sua higienização.

3.15 – DA INEXISTÊNCIA DO ANEXO X (Item 9.10 do Anexo I – Termo de Referência).

No Item 9.10 do Anexo I – Termo de Referência é previsto:

“Os cardápios para cada refeição deverão ser elaborados de acordo com composição e especificações relacionados nos quadros abaixo e conforme Anexo X.

Entretanto, no Anexo X, a que faz referência esse Item, é previsto o “Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto”.

Assim, deveria ser suprida tal omissão prevendo efetivamente o Anexo X, nos termos do Item 9.10 ou retirando tal previsão do Item em questão.

3.16 – DA EXIGÊNCIA DE 02 OPÇÕES DE PRATO PROTÉICO NO ALMOÇO E NO JANTAR PARA QUE USUÁRIO OPTE POR UMA DELAS (Relação de gêneros e produtos alimentícios – Páginas 28 e 29 do Anexo I – Termo de Referência).

O Edital prevê que deverão ser disponibilizadas duas opções de prato proteico, diariamente, no almoço e no jantar, sendo uma preparação cozida e outra, frita ou assada, devendo o usuário optar por uma delas.

Ocorre que, devem ser disponibilizadas as duas opções a todos os usuários e a opção não escolhida deverá ser descartada, caracterizando sem dúvidas um desperdício desnecessário.

Assim, sugerimos que nesse caso, seja feita uma apuração da escolha dos comensais preliminarmente, por exemplo com algum tipo de lista, para que possam ter as duas opções, mas evitar o desperdício da opção que não for escolhida.

3.17 – DA CONTRADIÇÃO ENTRE OS “PER CAPITAS” E AS FREQUÊNCIAS PREVISTAS NA RELAÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E QUADRO DE PLANEJAMENTO SEMANAL DE CARNES (PÁGINAS 31/ 34 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA) E NA RELAÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (ANEXO XIV).

Analisando-se os “per capita” e as frequências previstas na Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios e Quadro de Planejamento Semanal de Carnes (Páginas 31/34 do Anexo I – Termo de Referência) e as previstas na Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios (Anexo XIV), constata-se que elas estão diferentes.

Por exemplo, na página 32 do Anexo I – Termo de Referência o “per capita” do coxão mole bovina é 150g, enquanto na página 1 do Anexo XIV o “per capita” do bife de carne bovina é 80g, enquanto a frequência de um é 2X por semana e a do outro 6X de frequência máxima mensal.

Assim, deve ser esclarecido quais “per capitas” e frequências devem ser considerados diante da contradição da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios e Quadro de Planejamento Semanal de Carnes (Páginas 31/34 do Anexo I – Termo de Referência) e da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios (Anexo XIV).

3.18 – DA CONTRADIÇÃO EM RELAÇÃO AOS DIAS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES - RELAÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E QUADRO DE PLANEJAMENTO SEMANAL DE CARNES (PÁGINAS 31/ 34 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA) E PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (ANEXO XIII).

Ao analisar a frequência prevista na Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios e Quadro de Planejamento Semanal da Carnes é possível chegar à conclusão que as refeições serão fornecidas 7X nas semanas.

Entretanto, na Planilha de Custos e Formação de Preços é previsto que o ano letivo compreende 200 dias.

Assim, deve ser esclarecido e devidamente previsto no Edital qual a quantidade de dias deve ser considerada: 5 dias ou 7 dias na semana, afim de possibilitar a elaboração do custo.

3.19 – QUE SEJA PREVISTA DE MANEIRA MAIS CLARA COMO SERÁ REALIZADO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS.

O Item 7.20.1 do Edital prevê:

“Assinar, assim que iniciar a prestação do serviço, recibo relativo a todo material disponibilizado pela CONTRATANTE: mobiliários, equipamentos e utensílios conforme discriminação do inventário elaborado pela CONTRATANTE”.

Entretanto, também é previsto no Edital que a contratada deve ser responsabilizar por equipar os refeitórios com mobiliário, bem como disponibilizar alguns utensílios (Itens 7.20.4 e 7.20.5 do Anexo I – Termo de Referência).

Assim, deveria ser prevista de maneira mais clara, a descrição dos mobiliários, equipamentos e utensílios que a Contratante irá disponibilizar, afim de permitir a elaboração do custo.

3.20 – DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO NO CRN DA REGIÃO EM QUE O CONTRATO IRÁ VIGORAR NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO (Item 15.2.3 do Edital).

A exigência de apresentação de Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato irá vigorar no momento da Contratação do serviço, está em desacordo com o previsto na Resolução CFN nº. 510/2012 do CRN. Vejamos.

No artigo 8º, parágrafo 2º, inciso II da CFN nº. 510/2012 do CRN é previsto que:

Art. 8º Quando a pessoa jurídica necessitar participar de licitação, na jurisdição de CRN em que não desenvolve atividade, não se exigirá seu registro no CRN do local da realização da licitação. O atestado poderá ser averbado no CRN do local onde os serviços serão executados, se o Edital assim o exigir, com chancela na forma constante do Anexo V.

§ 2º. A pessoa jurídica que venha a vencer a licitação fica obrigada a, no prazo máximo 30 (trinta) dias:

II - Tratando-se de pessoa jurídica não registrada no Conselho Regional de Nutricionistas do local onde se realizarão os serviços, deverá providenciar a sua regularização junto a esse CRN, na forma das normas do CFN;

Assim, a exigência de apresentação de Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato irá vigorar só pode ser requerida pela pessoa jurídica que vencer a licitação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ora há todo um procedimento interno com prazos determinados pelo CRN para aquisição do referido documento. Assim, a exigência do edital do documento no momento da contratação se mostra inviável tendo em vista que não há tempo hábil, devendo estar descrito no Edital que deve ser apresentado depois dos prazos estabelecidos pelo CRN.

Portanto, o Item 15.2.3 deve ser retificado, afim de exigir a apresentação de Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato vigorar apenas após o prazo de trinta dias, nos termos do artigo 8º, parágrafo 2º, inciso II da CFN nº. 510/2012 do CRN.

3.21 – DEMAIS DOCUMENTOS DESCRITOS EM ITEM PRÓPRIO DO EDITAL (Item 15.2.5 do Anexo I -Termo de Referência).

Não resta claro quais são os demais documentos descritos em Item Próprio do Edital, acarretando dúvidas aos licitantes, que podem deixar de apresentar documentos necessários e serem desclassificados indevidamente em razão de tal previsão obscura.

Portanto, devem ser previstos quais são os "demais documentos descritos em item próprio do Edital" de maneira clara.

3.22 – ESCLARECIMENTOS REFERENTES A MINUTA DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (ANEXO XI).

Deve ser esclarecido se a Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira (Anexo XI) será apresentada no momento da habilitação ou no momento da contratação.

Ademais, deve ser esclarecido se há exigência de algum banco específico referente a tal Anexo.

3.23 – ESCLARECIMENTOS REFERENTES AO MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E COM A INICIATIVA PRIVADA (ANEXO XII).

Deve ser esclarecido em relação a esse anexo se para efeitos de valor do contrato deve ser considerado o valor desde o início de sua vigência ou o valor de sua última prorrogação?

Por exemplo, se um contrato teve início em 2012, em 2013 foi prorrogado por mais doze meses, até 2014. Deve ser considerado o lapso temporal de 2012-2014 para calcular o valor total do contrato ou apenas o último termo aditivo de 2013-2014?

Ainda, deve ser considerado o valor total dos contratos (desde o início de sua vigência) ou apenas o valor que a empresa ainda irá receber, ou seja, o valor residual? Caso seja o valor residual, ele deve ser calculado a partir da data da Sessão Pública ou de outra data diversa?

Portanto, perfeitamente cabíveis tais esclarecimentos referentes ao Anexo XII, afim de possibilitar sua devida elaboração.

4 – CONCLUSÃO



Ante o exposto, em que pese o respeito por Vossa Senhoria, insurge-se o impugnante almejando:

- a) Que a data do Edital seja retificada, afim de prever a data correta 19/04/2018, permitindo a participação de todos os licitantes interessados e observando a competitividade.
- b) Que seja excluída a vedação de oferecimento de preço unitário superior àqueles estimados pela Administração para cada item da Planilha de Formação de Preços (Item 2.2 do Edital), visto que não encontra respaldo no artigo 48, inciso II da Lei nº. 8.666/93, ou, subsidiariamente, caso não seja adotado tal entendimento, que a desclassificação por esse motivo não seja feita de modo automático, mas sim observando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- c) Que o Item 3.2 do Edital seja retificado, substituindo o termo “obrigações anteriormente assumidas (...)” por “obrigações presentes e futuras decorrentes da ata”, para que fique em consonância com a legislação (artigo 22, parágrafo 8º do Decreto nº. 7.892/2013, sem deixar brechas para eventuais questionamentos ou interpretações variadas.
- d) Que o Item 9.6.2 do Edital seja retificado, substituindo o termo Averbação (referente a locais em que os serviços não foram executados) por Registro (referente a jurisdição onde foram executadas as atividades), afim de sanar tal contradição, que pode gerar a desclassificação indevida de licitantes.
- e) Que não sejam mais exigidos atestados de contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano de sua execução, bem como comprovação da licitante possuir experiência mínima de 3 (três) anos (Itens 9.6.2.2 e 9.6.2.3 do Edital).



- f) Que o Item 9.7 do Edital seja retificado, afim de exigir a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício para o Microempreendedor Individual.
- g) Que seja retificado o Item 9.12 do Edital, para que onde está prevista restrição não-fiscal, conste restrição fiscal, visto que o artigo 42 da Lei Complementar 123/2006 trata de tal restrição, evitando, assim, futuras alegações de licitantes para se beneficiarem de tal controvérsia.
- h) Que seja previsto modelo de planilha de custos e formação de preços, nos termos do Item 12.1.2 do Edital.
- i) Que seja prevista a quantidade de comensais referente a Residência Feminina Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET), afim de possibilitar a devida elaboração da proposta (Item 4.3.2 do Anexo I – Termo de Referência).
- j) Que seja prevista a quantidade de comensais e a frequência referente as unidades de CTDR Mangabeira, CCJ Santa Rita e CCAE Mamanguape, afim de possibilitar a devida elaboração da proposta (Itens 4.3.4 e 4.3.5 do Anexo I – Termo de Referência).
- k) Que seja prevista uma estimativa do início da implantação da Residência Universitária na unidade de Rio Tinto, bem como uma estimativa da quantidade de comensais que abrangerá, afim de possibilitar a devida elaboração da proposta (Item 4.5.2 do Anexo I – Termo de Referência).
- l) Que o Item 7.6 seja revisado/excluído, em razão da impossibilidade de obtenção de Autorização Sanitária de



Funcionamento, não podendo a contratada se responsabilizar por grandes reformas e mudanças de engenharia no prédio da contratante.

- m) Que seja suprida omissão prevendo efetivamente o Anexo X, nos termos do Item 7.15.1 ou retirando tal previsão do Item em questão.
- n) Que seja devidamente esclarecido o dimensionamento e quais locais são abrangidos pela área externa, prevista no Item 7.19.4, afim de permitir a devida elaboração do custo referente à sua higienização.
- o) Que seja suprida omissão prevendo efetivamente o Anexo X, nos termos do Item 9.10 ou retirando tal previsão do Item em questão.
- p) Que, com relação a exigência de duas opções de prato proteico diariamente, no almoço e no jantar, para que o usuário opte por uma delas, seja feita uma apuração preliminar de qual irá escolher, por exemplo através de lista, para evitar o desperdício da opção que não for escolhida.
- q) Que seja esclarecido quais "per capita" e frequências devem ser considerados diante da contradição da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios e Quadro de Planejamento Semanal de Carnes (Páginas 31/34 do Anexo I – Termo de Referência) e da Relação de Gêneros e Produtos Alimentícios (Anexo XIV).
- r) Que seja esclarecido e devidamente previsto no Edital qual a quantidade de dias deve ser considerada: 5 dias ou 7 dias na semana, afim de possibilitar a elaboração do custo.

- s) Que seja prevista de maneira mais clara a descrição dos mobiliários, equipamentos e utensílios que a Contratante irá disponibilizar, afim de permitir a elaboração do custo.
- t) Que o Item 15.2.3 seja retificado, afim de exigir a **apresentação de Certidão de Registro e Quitação no CRN da região em que o contrato vigorar apenas após o prazo de trinta dias,** nos termos do artigo 8º, parágrafo 2º, inciso II da CFN nº. 510/2012 do CRN.
- u) Que sejam previstos quais são os “demais documentos descritos em item próprio do Edital” de maneira clara (Item 15.2.5 do Edital).
- v) Que seja esclarecido se a Minuta do Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira (Anexo XI) será apresentada no momento da habilitação ou no momento da contratação e se há exigência de algum banco específico.
- w) Que sejam feitos esclarecimentos em relação ao valor total do contratos que deverá ser informado no Anexo XII.

A fim de que o edital do Pregão Eletrônico nº.006/2018 seja retificado com vistas a sua adequação aos preceitos da lei.

Nestes termos, pede deferimento.

Sales Oliveira/SP, 13 de abril de 2018

MARMITARIA EIRELI